

# Andorra Holdings S.A.

CNPJ 08.503.501/0001-00  
Sede: Cidade de Deus, Osasco, SP



## RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas. as demonstrações contábeis da Andorra Holdings S.A., relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2013, acompanhadas das Notas Explicativas e Relatório dos Auditores Independentes.

Colocamo-nos à disposição de V.Sas. para quaisquer esclarecimentos que julgarem necessários.

Cidade de Deus, 29 de janeiro de 2014.

Diretoria

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO - Em Milhares de Reais					
	2013	2012		2013	2012
<b>ATIVO</b>			<b>PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		
<b>CIRCULANTE</b>	<b>12.901</b>	<b>316.183</b>	<b>CIRCULANTE</b>	<b>645</b>	<b>7.046</b>
Caixa e Equivalentes de Caixa (Nota 5)	6.978	77.080	Impostos e Contribuições a Recolher	-	6.474
Ativos Financeiros - Valor Justo por meio do Resultado (Nota 6)	-	237.812	Dividendos a Pagar (Nota 8d)	561	475
Tributos a Compensar ou a Recuperar (Nota 12d)	5.483	971	Outras Obrigações	84	97
Dividendos a Receber (Nota 11a)	440	315	<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>264.756</b>	<b>515.783</b>
Créditos Tributários (Nota 12c)	-	5	Capital Social:		
<b>NÃO CIRCULANTE</b>	<b>252.500</b>	<b>206.646</b>	- De Domiciliados no País	106.430	165.000
Realizável a Longo Prazo	-	26	Reservas de Capital	89.145	139.145
Créditos Tributários (Nota 12c)	-	26	Reservas de Lucros (Nota 8c)	69.181	211.638
Investimentos (Nota 7b)	252.500	206.620	<b>TOTAL</b>	<b>265.401</b>	<b>522.829</b>
<b>TOTAL</b>	<b>265.401</b>	<b>522.829</b>			

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO - Em Milhares de Reais			DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EM 31 DE DEZEMBRO - Em Milhares de Reais						
	Exercícios findos em 31 de dezembro		Capital Social	Reservas de Capital	Reservas de Lucros Legal	Reservas de Lucros Estatutária	Lucros Acumulados	Totais	
	2013	2012							
<b>RECEITAS OPERACIONAIS</b>	<b>65.758</b>	<b>58.825</b>	<b>Saldos em 31.12.2011</b>	<b>120.628</b>	<b>183.517</b>	<b>8.182</b>	<b>153.911</b>	<b>-</b>	<b>466.238</b>
Receitas Financeiras (Nota 9)	19.427	25.627	Aumento de Capital com Reserva de Ágio	44.372	-	-	-	-	44.372
Resultado de Equivalência Patrimonial (Nota 7a)	46.321	33.182	Lucro Líquido do Exercício	-	-	-	50.020	50.020	-
Receitas Diversas	10	16	Destinações - Reservas	-	(44.372)	2.502	47.043	(49.545)	(44.372)
<b>DESPESAS OPERACIONAIS</b>	<b>(228)</b>	<b>(167)</b>	- Dividendos Propostos (R\$ 1,48 por lote de mil ações)	-	-	-	-	(475)	(475)
Despesas Tributárias	(1)	(1)	<b>Saldos em 31.12.2012</b>	<b>165.000</b>	<b>139.145</b>	<b>10.684</b>	<b>200.954</b>	<b>-</b>	<b>515.783</b>
Despesas Gerais e Administrativas (Nota 10)	(227)	(166)	Aumento de Capital com Reserva de Ágio	50.000	(50.000)	-	-	-	-
<b>RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO</b>	<b>65.530</b>	<b>58.658</b>	Pagamento de Dividendos com Reserva	-	-	-	(200.954)	-	(200.954)
<b>IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL (Nota 12a)</b>	<b>(6.472)</b>	<b>(8.638)</b>	Redução de Capital	(108.570)	-	-	-	-	(108.570)
<b>LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO</b>	<b>59.058</b>	<b>50.020</b>	Lucro Líquido do Exercício	-	-	-	-	59.058	59.058
Número de ações	259.170.723	321.379.517	Destinações - Reservas	-	-	2.953	55.544	(58.497)	-
Lucro Líquido Básico e Diluído por Lote de Mil Ações em R\$	218,53	155,64	- Dividendos Propostos (R\$ 2,16 por lote de mil ações)	-	-	-	-	(561)	(561)
			<b>Saldos em 31.12.2013</b>	<b>106.430</b>	<b>89.145</b>	<b>13.637</b>	<b>55.544</b>	<b>-</b>	<b>264.756</b>

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA (PELO MÉTODO INDIRETO) - Em Milhares de Reais			DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO - Em Milhares de Reais			
	Exercícios findos em 31 de dezembro		GERAÇÃO DO VALOR ADICIONADO		Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2013	2012			2013	2012
<b>Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais:</b>	<b>65.530</b>	<b>58.658</b>	<b>1 - RECEITAS</b>	<b>10</b>	<b>-</b>	<b>16</b>
Lucro Líquido (Prejuízo) antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	46.321	(33.182)	1.1) Outras Receitas	10	-	16
Resultado de Participações em Controlada	19.209	25.476	<b>2 - INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS</b>	<b>(180)</b>	<b>(0,3)</b>	<b>(124)</b>
Redução (Aumento) em Aplicações Financeiras	237.812	(19.340)	2.1) Serviços de Terceiros	(115)	(0,2)	(124)
(Redução) Aumento em Tributos a Compensar e Créditos Tributários	(4.480)	1.006	2.2) Doações e Patrocínio	(65)	(0,1)	-
(Aumento) em Outras Obrigações	(13)	(13)	<b>3 - VALOR ADICIONADO BRUTO (1-2)</b>	<b>(170)</b>	<b>(0,3)</b>	<b>(108)</b>
Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos/Compensados	(12.946)	(3.090)	<b>4 - RETENÇÕES</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>Caixa Líquido Gerado nas Atividades Operacionais</b>	<b>239.582</b>	<b>4.039</b>	<b>5 - VALOR ADICIONADO LÍQUIDO (3-4)</b>	<b>(170)</b>	<b>(0,3)</b>	<b>(108)</b>
<b>Fluxo de Caixa das Atividades de Investimentos:</b>	<b>315</b>	<b>292</b>	<b>6 - VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA</b>	<b>65.748</b>	<b>100,3</b>	<b>58.809</b>
Dividendos Recebidos de Controlada	315	292	6.1) Resultado de Equivalência Patrimonial	46.321	70,7	33.182
<b>Caixa Líquido Utilizado nas Atividades de Investimentos</b>	<b>315</b>	<b>292</b>	6.2) Receitas Financeiras	19.427	29,6	25.627
<b>Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamentos:</b>	<b>(201.429)</b>	<b>(490)</b>	<b>7 - VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR (5+6)</b>	<b>65.578</b>	<b>100,0</b>	<b>58.701</b>
Dividendos Pagos	(108.570)	-	<b>8 - DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO TOTAL</b>	<b>65.578</b>	<b>100,0</b>	<b>58.701</b>
Redução de Capital	(309.999)	(490)	8.1) Impostos, Taxas e Contribuições	6.520	9,9	8.681
<b>Caixa Líquido Utilizado nas Atividades de Financiamentos</b>	<b>(70.102)</b>	<b>3.841</b>	Federais	6.519	9,9	8.680
<b>Aumento/(Redução) de Caixa e Equivalentes de Caixa</b>	<b>(70.102)</b>	<b>3.841</b>	Estaduais	1	-	1
Início do Período	77.080	73.239	8.2) Remuneração de Capitais Próprios	59.058	90,1	50.020
Fim do Período	6.978	77.080	Dividendos	561	0,9	475
<b>Aumento/(Redução) de Caixa e Equivalentes de Caixa</b>	<b>(70.102)</b>	<b>3.841</b>	Lucros Retidos	58.497	89,2	49.545

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE - Em Milhares de Reais		
	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2013	2012
<b>Lucro Líquido do Exercício</b>	<b>59.058</b>	<b>50.020</b>
<b>Total do Resultado Abrangente do Exercício</b>	<b>59.058</b>	<b>50.020</b>

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - Em Milhares de Reais

### 1) CONTEXTO OPERACIONAL

A Andorra Holdings S.A. é uma Companhia que tem por objetivo a administração de bens próprios e participação em outras sociedades, como colista ou acionista. A Andorra Holdings S.A. é parte integrante da Organização Bradesco, utilizando-se de seus recursos administrativos e tecnológicos e suas demonstrações contábeis devem ser analisadas neste contexto. A autorização para a emissão destas demonstrações contábeis foi concedida pela Diretoria em 29 de janeiro de 2014.

### 2) PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As principais práticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações contábeis estão definidas a seguir. Essas práticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo quando indicado de outra forma.

#### 2.1) Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovado pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). Elas foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e ajustadas para refletir a mensuração dos ativos ao seu valor justo, quando aplicável. A preparação das demonstrações contábeis requer o uso de estimativas contábeis e também o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis, conforme apresentado na Nota 4.

#### 2.2) Moeda funcional e de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações contábeis são mensurados utilizando-se a moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia atua, que é o Real (R\$). As demonstrações contábeis estão sendo apresentadas em milhares de reais.

#### 2.3) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são utilizados para gerenciamento de compromissos de curto prazo. Assim sendo, incluem disponibilidades em moeda nacional e fundos de investimento, cujos vencimentos na data da efetiva aplicação são iguais ou inferiores a 90 dias e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo, uma vez que são prontamente conversíveis em dinheiro, conforme apresentado na Nota 5.

#### 2.4) Ativos financeiros

A Companhia classifica seus ativos financeiros na categoria mensurados pelo valor justo por meio do resultado. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A Administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial.

#### Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado

Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação. Os custos da transação são reconhecidos no resultado como incorridos. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são mensurados pelo valor justo, e mudanças no valor justo desses ativos, os quais levam em consideração qualquer ganho com dividendos, são reconhecidos no resultado do exercício.

Ativos financeiros designados como pelo valor justo através do resultado compreendem instrumentos patrimoniais que de outra forma seriam classificados como disponíveis para venda.

#### 2.5) Passivos financeiros

A Companhia classifica os seus passivos financeiros pelo custo amortizado. Tais passivos são inicialmente registrados pelo seu valor justo e subsequentemente mensurados pelo custo amortizado.

#### 2.6) Determinação do valor justo

O valor justo dos ativos financeiros é apurado de acordo com a cotação de preço de mercado disponível na data do balanço. Se não houver cotação de preços de mercado disponível, os valores são estimados com base em cotações de distribuidores, modelos de definições de preços, modelos de cotações ou cotações de preços para instrumentos com características semelhantes. As aplicações em fundos de investimento são avaliadas com base no valor da cota divulgada pelo Administrador do fundo investidor, que reflete o valor de mercado dos investimentos que compõem a carteira do respectivo fundo.

#### 2.7) Investimento em controladas

São classificados como controladas as entidades pelas quais a Companhia exerce controle, ou seja, quando detém o poder de exercer a maioria dos direitos de voto. Poderá ainda existir controle quando a Companhia possuir, direta ou indiretamente, preponderâncias de gerir as políticas financeiras e operacionais de determinadas entidades para obter benefícios em suas atividades, mesmo que a percentagem que detém sobre o seu capital próprio for inferior a 50%. A existência e o efeito de potenciais direitos de voto, que são atualmente exercíveis ou conversíveis, são levados em consideração ao avaliar se a Companhia controla outra entidade.

Os investimentos em sociedades controladas são registrados e avaliados pelo método de equivalência patrimonial, sendo que o resultado é classificado como despesa (ou receita) operacional, conforme apresentado na Nota 7.

#### Ágio (Goodwill)

O ágio (ou deságio) é originado no processo de aquisição de controladas, coligadas e *joint ventures*.

O ágio representa o excesso do custo de aquisição em razão da participação da Companhia sobre o valor justo líquido dos ativos e passivos identificáveis adquiridos de uma controlada e coligada na data da aquisição. O ágio originado na aquisição de controladas e coligadas são incluídos no valor dos investimentos. Quando o excesso é negativo (deságio ou compra vantajosa) este é reconhecido imediatamente no resultado como ganho na data de aquisição.

O ágio é testado anualmente e sempre que for observado um evento que cause a redução ao valor recuperável, comparando-se o valor presente dos fluxos de caixa futuros esperados de uma unidade geradora de caixa ao valor contábil de seus ativos líquidos, incluindo o ágio atribuível e contabilizado ao custo deduzido das perdas acumuladas por redução ao valor recuperável. Perdas por redução ao valor recuperável de ágio não podem ser revertidas.

#### 2.8) Redução ao valor recuperável de ativos (impairment)

Os ativos financeiros e não financeiros são avaliados para verificar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido uma perda no seu valor recuperável.

A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, indicações de processo de falência ou mesmo, um declínio significativo ou prolongado do valor do ativo.

Uma perda por redução ao valor recuperável (*impairment*) de um ativo financeiro ou não financeiro é reconhecida no resultado do período se o valor contábil do ativo ou unidade geradora de caixa exceder o seu valor recuperável.

#### 2.9) Provisões, ativos e passivos contingentes e obrigações legais

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, das contingências ativas e passivas e também das obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos pelo CPC 25, sendo:

- **Ativos Contingentes:** não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração possui controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não caibam mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo, e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação com outro passivo exigível. Os ativos contingentes, cuja expectativa de êxito é provável, são divulgados em notas explicativas;
- **Provisões:** são constituídas levando em conta a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável, o que ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações, e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança;

- **Passivos Contingentes:** de acordo com o CPC 25, o termo "contingente" é utilizado para passivos que não são reconhecidos, pois a sua existência somente será confirmada pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros e incertos que não estejam totalmente sob o controle da Administração. Os passivos contingentes não satisfazem os critérios de reconhecimento, pois são considerados como perdas possíveis, devendo ser apenas divulgados em notas explicativas, quando relevantes. As obrigações classificadas como remotas não são provisionadas e nem divulgadas;
- **Obrigações Legais:** Provisão para Riscos Fiscais decorrem de processos judiciais, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade que, independentemente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações contábeis.

#### 2.10) Patrimônio líquido

##### a) Lucro por ação

A Companhia apresenta dados de lucro por ação básico e diluído. O lucro por ação básico é calculado dividindo-se o lucro líquido atribuível aos acionistas da Companhia pela média ponderada das ações ordinárias durante o ano, excluindo a quantidade média das ações ordinárias adquiridas pela Companhia e mantidas em tesouraria. Não há diferenças entre o lucro básico e diluído, pois não há instrumentos potenciais diluíveis.

##### b) Dividendos a pagar

A distribuição de dividendos para os acionistas da Companhia é reconhecida como passivo nas demonstrações contábeis, no período em que a distribuição é aprovada por eles, ou quando da proposição do dividendo mínimo obrigatório previsto no Estatuto da Companhia.

##### 2.11) Reconhecimento da receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber no curso normal das atividades da Companhia. A Companhia reconhece a receita quando o seu valor puder ser mensurado com segurança, for provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a Companhia e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades da Companhia.

##### Receitas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre fundos investidos (incluindo ativos financeiros disponíveis para venda), ganhos na alienação de ativos financeiros disponíveis para venda, variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado. Os dividendos recebidos de investidas são registrados por equivalência patrimonial e reduzem o valor do investimento.

##### 2.12) Imposto de renda e contribuição social

A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota-base de 15% do lucro tributável, acrescida de adicional de 10%, quando aplicável. A provisão para contribuição social é calculada sobre o lucro antes do imposto de renda, considerando a alíquota de 9%. Foram constituídas provisões para os demais impostos e contribuições sociais, de acordo com as respectivas legislações vigentes. A despesa com imposto de renda é constituída do imposto corrente resultante da aplicação da alíquota adequada ao lucro real do exercício e do imposto diferido proveniente de ativos e passivos fiscais diferidos reconhecidos na demonstração do resultado. Os créditos tributários sobre adições temporárias serão realizados quando da utilização e/ou reversão das respectivas provisões sobre as quais foram constituídos. Tais créditos tributários são reconhecidos contabilmente com base nas expectativas atuais de sua realização, considerando os estudos técnicos e as análises realizadas pela Administração. De acordo com a Lei nº 11.941/09, as modificações no critério de reconhecimento de receitas, custos e despesas computadas na apuração do lucro líquido do exercício, introduzidas pela Lei nº 11.638/07 e pelos artigos 37 e 38 da Lei nº 11.941/09, não terão efeitos para fins de apuração do lucro real, devendo ser considerados, para fins tributários, os métodos e critérios contábeis vigentes em 31 de dezembro de 2007. Para fins contábeis, os efeitos tributários da adoção das mencionadas leis e dos CPCs estão registrados nos ativos e passivos diferidos correspondentes.

#### 3) GERENCIAMENTO DE RISCOS

A Companhia é parte integrante da Organização Bradesco, sendo que seu gerenciamento de risco é realizado por área técnica especializada da Organização, de maneira corporativa e centralizada, sendo um processo contínuo e evolutivo de mapeamento, desenvolvimento, aferição e diagnóstico através de modelos, instrumentos e procedimentos vigentes, exigindo alto grau de disciplina e controle nas análises das operações efetuadas, preservando a integridade e a independência dos processos.

#### Valor justo de ativos e passivos financeiros

A Companhia aplica o CPC 40 para instrumentos financeiros mensurados no balanço patrimonial pelo valor justo, o que requer divulgação das mensurações do valor justo pelo nível da seguinte hierarquia de mensuração pelo valor justo:

##### Nível 1

Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.

##### Nível 2

Inputs, exceto preços cotados, incluídas no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).

##### Nível 3

Premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

#### 4) USO DE ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS

Nas Demonstrações Contábeis foram utilizadas algumas estimativas e julgamentos elaborados a fim de quantificar determinados ativos e passivos. Tais estimativas e julgamentos são continuamente avaliados e baseiam-se em experiência histórica e diversos outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, considerados razoáveis nas circunstâncias atuais. Determinados ativos, como outros intangíveis e investimentos pelo método da equivalência patrimonial, estão sujeitos à revisão de perda ao valor recuperável (*impairment*). As despesas com perda ao valor recuperável são registradas quando existem evidências claras de perda ao valor recuperável, ou de não recuperabilidade do custo dos ativos. A avaliação do que constitui perda ao valor recuperável é uma matéria que requer um nível significativo de julgamento.

#### 5) CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2013	2012
Disponibilidades em moeda nacional (1)	10	8
Fundos de investimento financeiros (2)	6.968	77.072
<b>Total de caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>6.978</b>	<b>77.080</b>

(1) Refere-se a depósito bancário à vista; e

(2) Referem-se a aplicações de renda fixa em Fundos de Investimento Financeiros, exclusivos a integrantes da Organização Bradesco ou empresas a ele ligadas, que sejam considerados investidores qualificados, administrados pelo Banco Bradesco S.A.

#### 6) ATIVOS FINANCEIROS REGISTRADOS PELO VALOR JUSTO POR MEIO DO RESULTADO

Ativos Financeiros para Negociação, referem-se a Letras Financeiras, à taxa de 105% do CDI, resgatadas integralmente em 28.10.2013 no montante de R\$ 209.074 (2012 - R\$ 237.812). Em 25.2.2013 foram adquiridas Debêntures no montante de R\$ 70.000 e resgatadas integralmente em 28.10.2013 pelo montante de R\$ 73.715.

continua...

## Sumário Caderno Empresarial 2

BALANÇO	
ANDORRA HOLDINGS S.A.	2

# Andorra Holdings S.A.

CNPJ 08.503.501/0001-00  
Sede: Cidade de Deus, Osasco, SP



## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - Em Milhares de Reais

### 7) INVESTIMENTOS

a) Os ajustes decorrentes da avaliação pelo método de equivalência patrimonial dos investimentos foram registrados na conta de Resultado de Equivalência Patrimonial e corresponderam, no exercício, a um resultado positivo de R\$ 46.321 (2012 - R\$ 33.182).  
b) A composição dos Investimentos está demonstrada a seguir:

	Capital social	Patrimônio líquido ajustado	Resultado ajustado	Quantidade de ações possuídas (em milhares)		Participação no capital social - %	Investimentos		Ajuste decorrente de avaliação	
				ON	PN		2013	2012	2013	2012
<b>Empresas</b>										
Veneza Empreendimentos e Participações S.A. ....	73.000	188.504	46.321	70.836	-	100,00	188.504	142.624	46.321	33.182
Ágio - Veneza Empreendimentos e Participações S.A. (1) .....	-	-	-	-	-	-	63.996	63.996	-	-
<b>Total</b> .....							<b>252.500</b>	<b>206.620</b>	<b>46.321</b>	<b>33.182</b>

(1) O ágio está fundamentado na diferença entre o valor de mercado de ativos e o respectivo valor contábil, quando da aquisição da Companhia, em 10 de agosto de 2007. O objeto deste ágio são os imóveis da empresa Veneza Empreendimentos Participações S.A., avaliados em 31/12/2013, pelo valor de mercado de R\$ 475.240, conforme laudo/estudo emitido por empresa especializada.

### 8) PATRIMÔNIO LÍQUIDO

#### a) Composição do capital social em ações

O capital social, totalmente subscrito e integralizado, é dividido em ações nominativas-escriturais, sem valor nominal.

	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2013	2012
Ordinárias .....	259.170.723	321.379.517
<b>Total</b> .....	<b>259.170.723</b>	<b>321.379.517</b>

Em Assembleia Geral Extraordinária e Ordinária realizada em 30 de abril de 2013, deliberou-se aumentar o Capital Social no valor de R\$ 50.000, elevando-o de R\$ 165.000 para R\$ 215.000, sem emissão de ações, mediante a capitalização de parte do saldo da conta "Reserva de Capital - Ágio na Emissão de Ações", de acordo com o disposto do Parágrafo Primeiro do Artigo 169 da Lei nº 6.404/76, com a consequente alteração do "caput" do Artigo 6º do Estatuto Social.

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 28 de outubro de 2013, deliberou-se redução de Capital Social, de R\$ 215.000 para R\$ 106.430, de conformidade com o disposto no Artigo 173 da Lei nº 6.404/76, em R\$ 108.570, com o cancelamento de 62.208.794 ações ordinárias, nominativas-escriturais, sem valor nominal, mediante a restituição em dinheiro aos acionistas, conforme sua participação.

#### b) Reservas de capital

A reserva de capital é composta por ágio pago pelos acionistas na subscrição de ações e de incorporações. Tais reservas são utilizadas, principalmente, para aumentar o capital social.

#### c) Reservas de lucros

	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2013	2012
<b>Reservas de lucros</b> .....	<b>69.181</b>	<b>211.638</b>
- Reserva legal (1) .....	13.637	10.684
- Reserva estatutária (2) .....	55.544	200.954

(1) Constituída obrigatoriamente à base de 5% do lucro líquido do exercício, até atingir 20% do capital social realizado, ou 30% do capital social, acrescido das reservas de capital. Após esse limite a apropriação não mais se faz obrigatória. A reserva legal somente poderá ser utilizada para aumento de capital ou para compensar prejuízos; e

(2) Visando à manutenção de margem operacional compatível com o desenvolvimento das operações ativas da Companhia, pode ser constituída em 100% do lucro líquido remanescente após destinações estatutárias, mediante proposta da Diretoria e deliberada pela Assembleia Geral, sendo o saldo limitado a 95% do Capital Social Integralizado.

#### d) Dividendos

Pagamento de dividendos, propostos pela Diretoria que, o mínimo obrigatório do exercício, de 1% (um por cento) do respectivo lucro líquido, ajustado nos termos da Lei societária. A assembleia deliberará sobre a destinação do resultado do exercício.

Os cálculos dos dividendos relativos aos exercícios de 2013 e 2012 estão demonstrados a seguir:

	Exercícios findos em 31 de dezembro		%	(1)
	2013	2012		
<b>Lucro líquido do exercício</b> .....	<b>59.058</b>	<b>50.020</b>		
Reserva legal .....	(2.953)	(2.502)		
<b>Base de cálculo</b> .....	<b>56.105</b>	<b>47.518</b>		
Dividendos mínimos obrigatórios .....	561	475		
<b>Total dos dividendos</b> .....	<b>1,0</b>	<b>475</b>	<b>1,0</b>	<b>1,0</b>

(1) Percentual dos dividendos sobre a base de cálculo.

Durante o exercício de 2013 ocorreram pagamentos de dividendos apurados com base em lucros de exercícios anteriores, no montante de R\$ 201.429.

### 9) RECEITAS FINANCEIRAS

	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2013	2012
Rendimento de aplicações em fundos de investimento financeiros .....	3.104	6.228
Rendimento de aplicações em letras financeiras .....	12.606	19.339
Rendimento de aplicações em debêntures .....	3.715	-
Juros ativos .....	2	60
<b>Total</b> .....	<b>19.427</b>	<b>25.627</b>

### 10) DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2013	2012
Editais e publicações .....	98	102
Serviços de terceiros .....	17	22
Contribuição sindical patronal .....	47	42
Doações e patrocínio .....	65	-
<b>Total</b> .....	<b>227</b>	<b>166</b>

### 11) PARTES RELACIONADAS

#### a) As transações com partes relacionadas estão assim representadas:

	Exercícios findos em 31 de dezembro		Ativo (passivo)	Receitas (despesas)
	2013	2012		
<b>Caixa e equivalentes de caixa:</b>				
Banco Bradesco S.A. ....	10	-	8	-
<b>Debêntures:</b>				
Banco Bradesco S.A. ....	-	3.715	-	-
<b>Aplicações em letras financeiras:</b>				
Banco Bradesco S.A. ....	-	12.606	237.812	19.339
<b>Dividendos a receber:</b>				
Veneza Empreendimentos e Participações S.A. ....	440	-	315	-
<b>Dividendos a pagar:</b>				
Miramar Holdings Ltda. ....	(259)	-	(219)	-
Bradesplan Participações Ltda. ....	(302)	-	(266)	-

#### b) Remuneração do pessoal-chave da Administração

A empresa é parte integrante da Organização Bradesco e seus administradores são remunerados pelos cargos que ocupam no Banco Bradesco S.A., controlador da Companhia.

### 12) IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

#### a) Demonstração do cálculo dos encargos com imposto de renda e contribuição social

	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2013	2012
<b>Resultado antes dos tributos (imposto de renda e contribuição social)</b> .....	<b>65.530</b>	<b>58.658</b>
Encargo total do imposto de renda e contribuição social às alíquotas de 25% e 9%, respectivamente .....	(22.280)	(19.944)
<b>Efeito das adições e exclusões no cálculo dos tributos:</b>		
Participações em controladas, tributadas nas empresas correspondentes .....	15.749	11.282
Benefícios fiscais .....	81	24
Despesas e provisões indedutíveis líquidas de receitas não tributáveis .....	(22)	-
<b>Imposto de renda e contribuição social do exercício</b> .....	<b>(6.472)</b>	<b>(8.638)</b>

#### b) Composição da conta de resultado do imposto de renda e contribuição social

	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2013	2012
<b>Impostos correntes:</b>		
Imposto de renda e contribuição social devidos .....	(6.441)	(8.633)
<b>Impostos diferidos:</b>		
Constituição/realização no exercício, sobre adições temporárias .....	(31)	(5)
<b>Imposto de renda e contribuição social do exercício</b> .....	<b>(6.472)</b>	<b>(8.638)</b>

#### c) Origem dos créditos tributários de imposto de renda e contribuição social diferidos

	Exercícios findos em 31 de dezembro		
	2012	Constituição	Realização
Outras provisões .....	31	-	(31)
<b>Total dos créditos tributários sobre diferenças temporárias</b> .....	<b>31</b>	<b>-</b>	<b>(31)</b>

A projeção de realização de crédito tributário é uma de estimativa e não é diretamente relacionada à expectativa de lucros contábeis.

#### d) Tributos a compensar ou a recuperar

Os tributos a compensar ou a recuperar no montante de R\$ 5.411 (2012 - R\$ 971) referem-se a imposto de renda e contribuição social do ano e imposto de renda retido na fonte sobre aplicações.

### 13) OUTRAS INFORMAÇÕES

a) A Companhia, em 31 de dezembro de 2013 e 2012, não possuía operações com Instrumentos Financeiros Derivativos.

b) Em 31 de dezembro de 2013 e 2012 não havia processos com riscos fiscais, civis e trabalhistas avaliados como perda possíveis de natureza relevantes.

c) Não houve eventos subsequentes que requerem ajustes ou divulgações para as demonstrações contábeis encerradas em 31 de dezembro de 2013.

d) Em 11 de novembro de 2013, foi publicada a Medida Provisória nº 627 (MP 627/13) que altera a Legislação Tributária Federal sobre IR, CS, PIS e Cofins. A MP 627/13 dispõe sobre:

- A revogação do Regime Tributário de Transição (RTT), disciplinando os ajustes decorrentes dos novos métodos e critérios contábeis introduzidos em razão da convergência das normas contábeis brasileiras aos padrões internacionais; e
- A tributação da pessoa jurídica domiciliada no Brasil, com relação ao acréscimo patrimonial decorrente de participação em lucros auferidos no exterior por controladas e coligadas.

A Andorra Holding aguardará a conversão em Lei da MP 627/13 para uma análise mais profunda e conclusiva. Em uma avaliação preliminar, não haverá impactos relevantes para a Companhia.

#### A DIRETORIA

Jorge Andrade Costa – Contador – CRC 1SP159543/O-0

### RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Administradores e Acionistas da

**Andorra Holdings S.A.**

Osasco - SP

Examinamos as demonstrações contábeis da Andorra Holdings S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2013 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

#### Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

#### Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a

avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

#### Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Andorra Holdings S.A. em 31 de dezembro de 2013, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

#### Outros assuntos

##### Demonstração do valor adicionado

Examinamos também, a demonstração do valor adicionado (DVA), elaborada sob a responsabilidade da Administração da Companhia, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2013, que está sendo apresentada como informação suplementar. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Osasco, 21 de março de 2014



KPMG Auditores Independentes  
CRC 2SP028567/O-1 F SP

Marco Antonio Pontieri  
Contador CRC 1SP153569/O-0

## io e-negociospublicos

Divulgação das licitações de todos os negócios públicos realizados no Estado, disponíveis gratuitamente para pesquisa.

Imprensa Oficial, garantia de transparência e segurança da informação

[www.imprensaoficial.com.br/negociospublicos](http://www.imprensaoficial.com.br/negociospublicos)

**imprensaoficial**  
GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO



**Diário Oficial** Empresarial 2  
Estado de São Paulo

Volume 124 • Número 56 Página 25  
São Paulo, terça-feira, 25 de março de 2014

**imprensaoficial**  
GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

# Andorra Holdings S.A.

CNPJ 08.503.501/0001-00  
Sede: Cidade de Deus, Osasco, SP



## RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas, Colocamo-nos à disposição de V.Sas. para quaisquer esclarecimentos que julgarem necessários. Cidade de Deus, 29 de janeiro de 2014.

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas. as demonstrações contábeis da Andorra Holdings S.A., relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2013, acompanhadas das Notas Explicativas e Relatório dos Auditores Independentes.

Diretoria

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO - Em Milhares de Reais					
ATIVO	2013	2012	PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2013	2012
<b>CIRCULANTE</b>	<b>12.901</b>	<b>316.183</b>	<b>CIRCULANTE</b>	<b>645</b>	<b>7.046</b>
Caixa e Equivalentes de Caixa (Nota 5).....	6.978	77.080	Impostos e Contribuições a Recolher.....	-	6.474
Ativos Financeiros - Valor Justo por meio do Resultado (Nota 6) .....	-	237.812	Dividendos a Pagar (Nota 8d).....	561	475
Tributos a Compensar ou a Recuperar (Nota 12d).....	5.483	971	Outras Obrigações.....	84	97
Dividendos a Receber (Nota 11a).....	440	315	<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>264.756</b>	<b>515.783</b>
Créditos Tributários (Nota 12c).....	-	5	Capital Social:		
<b>NÃO CIRCULANTE</b>	<b>252.500</b>	<b>206.646</b>	- De Domiciliados no País.....	106.430	165.000
<b>Realizável a Longo Prazo</b>	<b>-</b>	<b>26</b>	Reservas de Capital.....	89.145	139.145
Créditos Tributários (Nota 12c).....	-	26	Reservas de Lucros (Nota 8c).....	69.181	211.638
<b>Investimentos (Nota 7b)</b>	<b>252.500</b>	<b>206.620</b>	<b>TOTAL</b>	<b>265.401</b>	<b>522.829</b>
<b>TOTAL</b>	<b>265.401</b>	<b>522.829</b>			

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO - Em Milhares de Reais		
	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2013	2012
<b>RECEITAS OPERACIONAIS</b>	<b>65.758</b>	<b>58.825</b>
Receitas Financeiras (Nota 9).....	19.427	25.627
Resultado de Equivalência Patrimonial (Nota 7a).....	46.321	33.182
Receitas Diversas.....	10	16
<b>DESPESAS OPERACIONAIS</b>	<b>(228)</b>	<b>(167)</b>
Despesas Tributárias.....	(1)	(1)
Despesas Gerais e Administrativas (Nota 10).....	(227)	(166)
<b>RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO</b>	<b>65.530</b>	<b>58.658</b>
<b>IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL (Nota 12a)</b>	<b>(6.472)</b>	<b>(8.638)</b>
<b>LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO</b>	<b>59.058</b>	<b>50.020</b>
Número de ações.....	259.170.723	321.379.517
Lucro Líquido Básico e Diluído por Lote de Mil Ações em R\$.....	218,53	155,64

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA (PELO MÉTODO INDIRETO) - Em Milhares de Reais		
	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2013	2012
<b>Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais:</b>		
<b>Lucro Líquido/(Prejuízo) antes do Imposto de Renda e Contribuição Social</b>	<b>65.530</b>	<b>58.658</b>
<b>Ajustes ao Lucro Líquido antes dos Impostos</b>	<b>(46.321)</b>	<b>(33.182)</b>
Resultado de Participações em Controlada.....	(46.321)	(33.182)
<b>Lucro Líquido Ajustado</b>	<b>19.209</b>	<b>25.476</b>
Redução (Aumento) em Aplicações Financeiras.....	237.812	(19.340)
(Redução) Aumento em Tributos a Compensar e Créditos Tributários.....	(4.480)	1.006
(Aumento) em Outras Obrigações.....	(13)	(13)
Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos/Compensados.....	(12.946)	(3.090)
<b>Caixa Líquido Gerado nas Atividades Operacionais</b>	<b>239.582</b>	<b>4.039</b>
<b>Fluxo de Caixa das Atividades de Investimentos:</b>		
Dividendos Recebidos de Controlada.....	315	292
<b>Caixa Líquido Utilizado nas Atividades de Investimentos</b>	<b>315</b>	<b>292</b>
<b>Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamentos:</b>		
Dividendos Pagos.....	(201.429)	(490)
Redução de Capital.....	(108.570)	-
<b>Caixa Líquido Utilizado nas Atividades de Financiamentos</b>	<b>(309.999)</b>	<b>(490)</b>
<b>Aumento/(Redução) de Caixa e Equivalentes de Caixa</b>	<b>(70.102)</b>	<b>3.841</b>
Início do Período.....	77.080	73.239
Fim do Período.....	6.978	77.080
<b>Aumento/(Redução) de Caixa e Equivalentes de Caixa</b>	<b>(70.102)</b>	<b>3.841</b>

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE - Em Milhares de Reais		
	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2013	2012
<b>Lucro Líquido do Exercício</b>	<b>59.058</b>	<b>50.020</b>
<b>Total do Resultado Abrangente do Exercício</b>	<b>59.058</b>	<b>50.020</b>

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - Em Milhares de Reais

### 1) CONTEXTO OPERACIONAL

A Andorra Holdings S.A. é uma Companhia que tem por objetivo a administração de bens próprios e participação em outras sociedades, como cotista ou acionista. A Andorra Holdings S.A. é parte integrante da Organização Bradesco, utilizando-se de seus recursos administrativos e tecnológicos e suas demonstrações contábeis devem ser analisadas neste contexto. A autorização para a emissão destas demonstrações contábeis foi concedida pela Diretoria em 29 de janeiro de 2014.

### 2) PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As principais práticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações contábeis estão definidas a seguir. Essas práticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo quando indicado de outra forma.

#### 2.1) Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovado pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). Elas foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e ajustadas para refletir a mensuração dos ativos ao seu valor justo, quando aplicável. A preparação de demonstrações contábeis requer o uso de estimativas contábeis e também o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis, conforme apresentado na Nota 4.

#### 2.2) Moeda funcional e de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações contábeis são mensurados utilizando-se a moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia atua, que é o Real (R\$). As demonstrações contábeis estão sendo apresentadas em milhares de reais.

#### 2.3) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são utilizados para gerenciamento de compromissos de curto prazo. Assim sendo, incluem disponibilidades em moeda nacional e fundos de investimento, cujos vencimentos na data da efetiva aplicação são iguais ou inferiores a 90 dias e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo, uma vez que são prontamente conversíveis em dinheiro, conforme apresentado na Nota 5.

#### 2.4) Ativos financeiros

A Companhia classifica seus ativos financeiros na categoria mensurados pelo valor justo por meio do resultado. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A Administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial.

#### Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado

Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação. Os custos da transação são reconhecidos no resultado como incorridos. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são mensurados pelo valor justo, e mudanças no valor justo desses ativos, os quais levam em consideração qualquer ganho com dividendos, são reconhecidos no resultado do exercício.

Ativos financeiros designados como pelo valor justo através do resultado compreendem instrumentos patrimoniais que de outra forma seriam classificados como disponíveis para venda.

#### 2.5) Passivos financeiros

A Companhia classifica os seus passivos financeiros pelo custo amortizado. Tais passivos são inicialmente registrados pelo seu valor justo e subsequentemente mensurados pelo custo amortizado.

#### 2.6) Determinação do valor justo

O valor justo dos ativos financeiros é apurado de acordo com a cotação de preço de mercado disponível na data do balanço. Se não houver cotação de preços de mercado disponível, os valores são estimados com base em cotações de distribuidores, modelos de definições de preços, modelos de cotações ou cotações de preços para instrumentos com características semelhantes.

As aplicações em fundos de investimento são avaliadas com base no valor da cota divulgada pelo Administrador do fundo investidor, que reflete o valor de mercado dos investimentos que compõem a carteira do respectivo fundo.

#### 2.7) Investimento em controladas

São classificados como controladas as entidades pelas quais a Companhia exerce controle, ou seja, quando detém o poder de exercer a maioria dos direitos de voto. Poderá ainda existir controle quando a Companhia possuir, direta ou indiretamente, preponderâncias de gerir as políticas financeiras e operacionais de determinadas entidades para obter benefícios em suas atividades, mesmo que a percentagem que detém sobre o seu capital próprio for inferior a 50%. A existência e o efeito de potenciais direitos de voto, que são atualmente exercíveis ou conversíveis, são levados em consideração ao avaliar se a Companhia controla outra entidade.

Os investimentos em sociedades controladas são registrados e avaliados pelo método de equivalência patrimonial, sendo que o resultado é classificado como despesa (ou receita) operacional, conforme apresentado na Nota 7.

#### Ágio (Goodwill)

O ágio (ou deságio) é originado no processo de aquisição de controladas, coligadas e *joint ventures*.

O ágio representa o excesso do custo de aquisição em razão da participação da Companhia sobre o valor justo líquido dos ativos e passivos identificáveis adquiridos de uma controlada e coligada na data da aquisição. O ágio originado na aquisição de controladas e coligadas são incluídos no valor dos investimentos. Quando o excesso é negativo (deságio ou compra vantajosa) este é reconhecido imediatamente no resultado como ganho na data de aquisição.

O ágio é testado anualmente e sempre que for observado um evento que cause a redução ao valor recuperável, comparando-se o valor presente dos fluxos de caixa futuros esperados de uma unidade geradora de caixa ao valor contábil de seus ativos líquidos, incluindo o ágio atribuível e contabilizado ao custo deduzido das perdas acumuladas por redução ao valor recuperável. Perdas por redução ao valor recuperável de ágio não podem ser revertidas.

#### 2.8) Redução ao valor recuperável de ativos (impairment)

Os ativos financeiros e não financeiros são avaliados para verificar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido uma perda no seu valor recuperável.

A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, indicações de processo de falência ou mesmo, um declínio significativo ou prolongado do valor do ativo.

Uma perda por redução ao valor recuperável (*impairment*) de um ativo financeiro ou não financeiro é reconhecida no resultado do período se o valor contábil do ativo ou unidade geradora de caixa exceder o seu valor recuperável.

#### 2.9) Provisões, ativos e passivos contingentes e obrigações legais

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, das contingências ativas e passivas e também das obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos pelo CPC 25, sendo:

- Ativos Contingentes: não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração possui controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não caibam mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo, e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação com outro passivo exigível. Os ativos contingentes, cuja expectativa de êxito é provável, são divulgados em notas explicativas;

- Provisões: são constituídas levando em conta a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável, o que ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações, e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança;

## 7) INVESTIMENTOS

a) Os ajustes decorrentes da avaliação pelo método de equivalência patrimonial dos investimentos foram registrados na conta de Resultado de Equivalência Patrimonial e corresponderam, no exercício, a um resultado positivo de R\$ 46.321 (2012 - R\$ 33.182).

b) A composição dos Investimentos está demonstrada a seguir:

Empresas	Exercícios findos em 31 de dezembro									
	Capital social	Patrimônio líquido ajustado	Resultado ajustado	Quantidade de ações possuídas (em milhares)		Participação no capital social - %	Investimentos		Ajuste decorrente de avaliação	
				ON	PN		2013	2012	2013	2012
Veneza Empreendimentos e Participações S.A. ....	73.000	188.504	46.321	70.836	-	100,00	188.504	142.624	46.321	33.182
Ágio - Veneza Empreendimentos e Participações S.A. (1) .....	-	-	-	-	-	-	63.996	63.996	-	-
<b>Total</b> .....							<b>252.500</b>	<b>206.620</b>	<b>46.321</b>	<b>33.182</b>

(1) O ágio está fundamentado na diferença entre o valor de mercado de ativos e o respectivo valor contábil, quando da aquisição da Companhia, em 10 de agosto de 2007. O objeto deste ágio são os imóveis da empresa Veneza Empreendimentos Participações S.A., avaliados em 31/12/2013, pelo valor de mercado de R\$ 475.240, conforme laudo/estudo emitido por empresa especializada.

## 8) PATRIMÔNIO LÍQUIDO

### a) Composição do capital social em ações

O capital social, totalmente subscrito e integralizado, é dividido em ações nominativas-escriturais, sem valor nominal.

Ordinárias	Exercícios findos em 31 de dezembro			
	2013		2012	
	259.170.723	321.379.517	259.170.723	321.379.517
<b>Total</b> .....				

Em Assembleia Geral Extraordinária e Ordinária realizada em 30 de abril de 2013, deliberou-se aumentar o Capital Social no valor de R\$ 50.000, elevando-o de R\$ 165.000 para R\$ 215.000, sem emissão de ações, mediante a capitalização de parte do saldo da conta "Reserva de Capital - Ágio na Emissão de Ações", de acordo com o disposto do Parágrafo Primeiro do Artigo 169 da Lei nº 6.404/76, com a consequente alteração do "caput" do Artigo 6º do Estatuto Social.

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 28 de outubro de 2013, deliberou-se redução de Capital Social, de R\$ 215.000 para R\$ 106.430, de conformidade com o disposto no Artigo 173 da Lei nº 6.404/76, em R\$ 108.570, com o cancelamento de 62.208.794 ações ordinárias, nominativas-escriturais, sem valor nominal, mediante a restituição em dinheiro aos acionistas, conforme sua participação.

### b) Reservas de capital

A reserva de capital é composta por ágio pago pelos acionistas na subscrição de ações e de incorporações. Tais reservas são utilizadas, principalmente, para aumentar o capital social.

## Andorra Holdings S.A.

CNPJ 08.503.501/0001-00  
Sede: Cidade de Deus, Osasco, SP

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - Em Milhares de Reais

## c) Reservas de lucros

	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2013	2012
<b>Reservas de lucros</b> .....	<b>69.181</b>	<b>211.638</b>
- Reserva legal (1).....	13.637	10.684
- Reserva estatutária (2).....	55.544	200.954
(1) Constituída obrigatoriamente à base de 5% do lucro líquido do exercício, até atingir 20% do capital social realizado, ou 30% do capital social, acrescido das reservas de capital. Após esse limite a apropriação não mais se faz obrigatória. A reserva legal somente poderá ser utilizada para aumento de capital ou para compensar prejuízos; e		
(2) Visando à manutenção de margem operacional compatível com o desenvolvimento das operações ativas da Companhia, pode ser constituída em 100% do lucro líquido remanescente após destinações estatutárias, mediante proposta da Diretoria e deliberada pela Assembleia Geral, sendo o saldo limitado a 95% do Capital Social Integralizado.		

## d) Dividendos

Pagamento de dividendos, propostos pela Diretoria que, o mínimo obrigatório do exercício, de 1% (um por cento) do respectivo lucro líquido, ajustado nos termos da Lei societária. A assembleia deliberará sobre a destinação do resultado do exercício. Os cálculos dos dividendos relativos aos exercícios de 2013 e 2012 estão demonstrados a seguir:

	Exercícios findos em 31 de dezembro		% (1)	2012	% (1)
	2013	2012			
<b>Lucro líquido do exercício</b> .....	<b>59.058</b>	<b>50.020</b>			
Reserva legal.....	(2.953)	(2.502)			
<b>Base de cálculo</b> .....	<b>56.105</b>	<b>47.518</b>			
Dividendos mínimos obrigatórios.....	561	475			
<b>Total dos dividendos</b> .....	<b>1,0</b>	<b>475</b>	<b>1,0</b>		

(1) Percentual dos dividendos sobre a base de cálculo.

Durante o exercício de 2013 ocorreram pagamentos de dividendos apurados com base em lucros de exercícios anteriores, no montante de R\$ 201.429.

## 9) RECEITAS FINANCEIRAS

	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2013	2012
Rendimento de aplicações em fundos de investimento financeiros.....	3.104	6.228
Rendimento de aplicações em letras financeiras.....	12.606	19.339
Rendimento de aplicações em debêntures.....	3.715	-
Juros ativos.....	2	60
<b>Total</b> .....	<b>19.427</b>	<b>25.627</b>

## 10) DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2013	2012
Editais e publicações.....	98	102
Serviços de terceiros.....	17	22
Contribuição sindical patronal.....	47	42
Doações e patrocínio.....	65	-
<b>Total</b> .....	<b>227</b>	<b>166</b>

## 11) PARTES RELACIONADAS

## a) As transações com partes relacionadas estão assim representadas:

	Exercícios findos em 31 de dezembro			
	2013		2012	
	Ativo (passivo)	Receitas (despesas)	Ativo (passivo)	Receitas (despesas)
<b>Caixa e equivalentes de caixa:</b>				
Banco Bradesco S.A. ....	10	-	8	-
<b>Debêntures:</b>				
Banco Bradesco S.A. ....	-	3.715	-	-
<b>Aplicações em letras financeiras:</b>				
Banco Bradesco S.A. ....	-	12.606	237.812	19.339
<b>Dividendos a receber:</b>				
Veneza Empreendimentos e Participações S.A. ....	440	-	315	-
<b>Dividendos a pagar:</b>				
Miramar Holdings Ltda. ....	(259)	-	(219)	-
Bradesplan Participações Ltda. ....	(302)	-	(256)	-

## RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Administradores e Acionistas da

## Andorra Holdings S.A.

Osasco - SP

Examinamos as demonstrações contábeis da Andorra Holdings S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2013 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

## Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

## Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles

## b) Remuneração do pessoal-chave da Administração

A empresa é parte integrante da Organização Bradesco e seus administradores são remunerados pelos cargos que ocupam no Banco Bradesco S.A., controlador da Companhia.

## 12) IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

## a) Demonstração do cálculo dos encargos com imposto de renda e contribuição social

	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2013	2012
<b>Resultado antes dos tributos (imposto de renda e contribuição social)</b> .....	<b>65.530</b>	<b>58.658</b>
Encargo total do imposto de renda e contribuição social às alíquotas de 25% e 9%, respectivamente.....	(22.280)	(19.944)
<b>Efeito das adições e exclusões no cálculo dos tributos:</b>		
Participações em controladas, tributadas nas empresas correspondentes.....	15.749	11.282
Benefícios fiscais.....	81	24
Despesas e provisões indedutíveis líquidas de receitas não tributáveis.....	(22)	-
<b>Imposto de renda e contribuição social do exercício</b> .....	<b>(6.472)</b>	<b>(8.638)</b>

## b) Composição da conta de resultado do imposto de renda e contribuição social

	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2013	2012
<b>Impostos correntes:</b>		
Imposto de renda e contribuição social devidos.....	(6.441)	(8.633)
<b>Impostos diferidos:</b>		
Constituição/realização no exercício, sobre adições temporárias.....	(31)	(5)
<b>Imposto de renda e contribuição social do exercício</b> .....	<b>(6.472)</b>	<b>(8.638)</b>

## c) Origem dos créditos tributários de imposto de renda e contribuição social diferidos

	Exercícios findos em 31 de dezembro			
	2012	Constituição	Realização	2013
Outras provisões.....	31	-	(31)	-
<b>Total dos créditos tributários sobre diferenças temporárias.....</b>	<b>31</b>	<b>-</b>	<b>(31)</b>	<b>-</b>

A projeção de realização de crédito tributário é uma de estimativa e não é diretamente relacionada à expectativa de lucros contábeis.

## d) Tributos a compensar ou a recuperar

Os tributos a compensar ou a recuperar no montante de R\$ 5.411 (2012 - R\$ 971) referem-se a imposto de renda e contribuição social do ano e imposto de renda retido na fonte sobre aplicações.

## 13) OUTRAS INFORMAÇÕES

- a) A Companhia, em 31 de dezembro de 2013 e 2012, não possuía operações com Instrumentos Financeiros Derivativos.
- b) Em 31 de dezembro de 2013 e 2012 não havia processos com riscos fiscais, cíveis e trabalhistas avaliados como perda possíveis de natureza relevantes.
- c) Não houve eventos subsequentes que requerem ajustes ou divulgações para as demonstrações contábeis encerradas em 31 de dezembro de 2013.
- d) Em 11 de novembro de 2013, foi publicada a Medida Provisória nº 627 (MP 627/13) que altera a Legislação Tributária Federal sobre IR, CS, PIS e Cofins. A MP 627/13 dispõe sobre:
  - A revogação do Regime Tributário de Transição (RTT), disciplinando os ajustes decorrentes dos novos métodos e critérios contábeis introduzidos em razão da convergência das normas contábeis brasileiras aos padrões internacionais; e
  - A tributação da pessoa jurídica domiciliada no Brasil, com relação ao acréscimo patrimonial decorrente de participação em lucros auferidos no exterior por controladas e coligadas.

A Andorra Holding aguardará a conversão em Lei da MP 627/13 para uma análise mais profunda e conclusiva. Em uma avaliação preliminar, não haverá impactos relevantes para a Companhia.

## A DIRETORIA

Jorge Andrade Costa – Contador – CRC 1SP159543/O-0

internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

## Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Andorra Holdings S.A. em 31 de dezembro de 2013, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

## Outros assuntos

## Demonstração do valor adicionado

Examinamos também, a demonstração do valor adicionado (DVA), elaborada sob a responsabilidade da Administração da Companhia, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2013, que está sendo apresentada como informação suplementar. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Osasco, 21 de março de 2014



KPMG Auditores Independentes

CRC 2SP028567/O-1 F SP



Seria um investimento pequeno, mas houve uma inflação irreal. A refinaria era 'caquética'  
Rafael Schechtman

# Petrobras aceita 'calote' da Venezuela

Documentos da estatal brasileira mostram que empresa brasileira abriu mão de penalidades

Documentos da Petrobras aos quais o jornal *O Estado de S.Paulo* teve acesso mostram que a empresa brasileira abriu mão de penalidades que exigiriam da Venezuela o pagamento de uma dívida feita pelo Brasil para o projeto e o começo das obras na refinaria Abreu Lima, em Pernambuco. O acordo "de camaradas", segundo fontes da estatal, entre o ex-presidente Lula e o ex-presidente da Venezuela Hugo Chávez deixou o Brasil com a missão de garantir, sozinho, investimentos de quase US\$ 20 bilhões, como informou o *Estadão* de ontem.

O acordo previa que a Petrobras teria 60% da Abreu e Lima e a Petróleo de Venezuela SA (PDVSA), 40%. Os aportes de recursos seriam feitos aos poucos e, caso a Venezuela não pagasse a sua parte, a Petrobras poderia fazer o investimento e cobrar a dívida com juros, ou receber em ações da empresa venezuelana, a preços de mercado. Mas essas penalidades só valeriam depois de assinado o contrato definitivo, de acionistas. Elas não chegaram a entrar em vigor. O contrato não foi assinado.

Os documentos mostram que a sociedade entre a Petrobras e PDVSA para construção da refinaria nunca foi assinada. Existe hoje só um "contrato de associação", um documento provisório, que só prevê, no caso de formalização futura da sociedade, sanções pelo "calote" venezuelano.

Desde 2005, quando esse termo de compromisso foi assinado pelos dois governos,



Refinaria Abreu Lima, em Pernambuco: acordp entre Lula e Chávez rendeu rombo de quase US\$ 20 bilhões.

até o ano passado, a Petrobras tentou receber o dinheiro devido pela PDVSA. Sem sucesso. Em outubro do ano passado, quando o investimento já chegava aos U\$ 18 bilhões, a estatal brasileira desistiu.

Os venezuelanos não negam a dívida. A PDVSA admite sua condição de devedora. Antes desse documento, ao tratar do fechamento da operação, uma das condições era o depósito, pelas duas empresas, dos recursos equivalentes à sua participação acionária em uma conta no Banco do Brasil – o que o governo da Venezuela nunca fez.

Em outro documento obtido pelo *Estado*, a Petrobras afirma que estariam previstas penalidades para o "descumprimento de dispositivos contra-

tuais". Como nos outros casos, essa previsão não levou a nada, porque as penalidades só seriam válidas quando a estatal venezuelana se tornasse sócia da Abreu e Lima – e isso não ocorreu.

**CHÁVEZ E LULA** – A ideia de construir a refinaria partiu de Chávez, em 2005. A Venezuela precisava de infraestrutura para refinar seu petróleo e distribuí-lo na América do Sul, mas não tinha recursos para bancar tudo sozinha. Lula decidiu bancar a ideia. Mas Caracas nunca apresentou recursos nem garantias para obter um empréstimo e quitar a dívida com a Petrobrás.

Em 2011, em visita a Caracas, a presidente Dilma Rousseff tratou o assunto diretamente com Chávez, que pro-

meteu, de novo, solução.

O projeto inicial, que era de US\$ 2,5 bilhões, já chegava, em outubro de 2013, os US\$ 18 bilhões, quando a Petrobras apresentou ao seu Conselho de Administração a proposta de assumir integralmente a refinaria. A estimativa é que o custo total fique em torno de US\$ 20 bilhões.

Para justificar os novos valores, a empresa cita ajustes cambiais e de contratos, gastos com adequação ambiental e ter ampliado a capacidade de produção de 200 mil para 230 mil barris/dia. Os novos itens e a ampliação da produção explicariam o custo oito vezes maior que o inicial. Procurada para falar sobre o "calote", a Petrobras informou que nada comentará. (*Estadão Conteúdo*)

## Pasadena, negócio que até poderia ter dado certo.

A compra da refinaria de Pasadena, nos Estados Unidos, pela Petrobras poderia ter sido bem sucedida se não houvesse uma "inflação irreal" sobre o valor pago. Especialistas e consultores ouvidos pela reportagem avaliam que a estratégia de adquirir refinarias no exterior era viável em função do mercado internacional de petróleo naquele momento. Entretanto, o negócio fechado pela Petrobras levanta suspeita em função dos valores e das cláusulas controversas para a estatal. A determinação de um retorno mínimo de 6,9% à sócia belga Astra Oil é considerada "incomum" pelos advogados.

De acordo com o analista Rafael Schechtman, naquele momento, o País já não tinha capacidade de refino suficiente e produzia um óleo "pesado", típico da Bacia de Campos, com menor valor no mercado internacional. "Ter o refino nos Estados Unidos dava vantagem, pois você agregaria valor ao seu óleo. É o que faz a Venezuela, que tem refinarias e vende combustível no mercado americano, ao invés de exportar seu petróleo bruto", explica o diretor do Centro Brasileiro de Infraestrutura (CBIE).

Segundo ele, a dúvida quanto ao negócio fechado pela Petrobras em Pasadena foi o preço. "Com o preço original da unidade, o risco do negócio seria minimizado. O preço era barato. Seria um investimento

pequeno, mas houve uma inflação irreal. A refinaria era 'caquética'."

Também pesaram sobre a decisão do negócio as mudanças no cenário internacional de petróleo após a assinatura do contrato. Em 2007, o País anunciou as reservas do Pré-Sal, com óleo leve valorizado no mercado global. Além disso, os Estados Unidos descobriram a tecnologia para explorar o chamado 'shale gas'. "Rapidamente, com abundância do gás, eles deixaram de ser os maiores importadores de petróleo. Isso mudou a estrutura de consumo, e as refinarias deixaram de ser um bom negócio", completa Schechtman.

Outra fonte do setor avalia que naquele período a Petrobras vivia um "festival de compras", sobretudo no exterior. "Todo dia era feito um novo anúncio de compra, ainda que não houvesse clareza da estratégia", afirmou o analista, que não quis se identificar.

Até 2012, a diretoria Internacional da empresa era chefiada por Jorge Luís Zela-da. Ele teria sido indicado pelo PMDB. Antes, o setor estava sob responsabilidade de Nestor Cerveró, também indicado pelo partido e apontado como autor dos acordos sobre Pasadena, em 2006. Na última sexta-feira, ele foi demitido pela BR Distribuidora, onde atuava como Diretor Financeiro.

A compra de Pasadena é investigada pelo Ministério Público Federal, Tribunal de Contas da União e Polícia Federal. (*Estadão Conteúdo*)